



, DE 2014

Requer informações ao Ministro de Minas e Energia sobre as medidas a serem adotadas pelo o governo para superar a crise do setor elétrico.

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Sr. Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, sobre as medidas a serem adotadas pelo governo para superar a crise do setor elétrico.

Solicita-se que seja informado o seguinte:

1 – Quais os planos do Ministério de curto, médio e longo prazos para o setor elétrico, seguimento de infraestrutura da maior importância para o desenvolvimento do país.

2 - Como será repassado para o consumidor os gastos como subsídios ao setor elétrico da ordem de R\$ 100 bilhões.

3 - Como o Ministério planeja assegurar a modicidade tarifária e ao mesmo tempo viabilizar recursos para a expansão do setor elétrico no Brasil.

JUSTIFICATIVA

O setor de energia elétrica encontra-se numa crise sem precedentes e a solução exigirá medidas muito duras no curto prazo, além de muito planejamento, gestão e regulação no médio e longo prazos.

Os cenários para 2015 serão basicamente dois. No primeiro, assumimos que vai chover bastante entre novembro de 2014 e abril de 2015.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

No entanto, para que os reservatórios atinjam níveis mais confortáveis, as usinas térmicas permaneceriam ligadas, o que faria que os preços da energia permanecessem muito elevados. No segundo cenário, as chuvas vêm com pouca intensidade durante o período úmido, e com isso teremos de decretar um racionamento em abril ou maio de 2015.

O cenário do racionamento tem de ser encarado como provável e, nesse caso, teremos de fazer do “limão a limonada”. O racionamento de 2001 custou, a preços de hoje, R\$ 25 bilhões, enquanto a atual política de negar os problemas e fazer populismo já ultrapassou os R\$ 100 bilhões. Na realidade, o racionamento de 2015 já deveria ter sido feito em 2014 e só não aconteceu pelo fato de a política do setor estar atrelada ao calendário eleitoral. Essa subordinação ao calendário eleitoral fez o governo errar na forma como publicou a Medida Provisória 579 e administrar de forma temerária os reservatórios das usinas, que podem chegar ao fim de 2014 com níveis entre 15% e 17%. Portanto, com ou sem um racionamento, teremos de colocar ordem na casa.

Além do aumento da fragilidade do sistema, as consequências da desorganização do setor têm tido um custo elevado. Os consumidores pagarão 2/3 e os contribuintes, 1/3. É fundamental que o próximo governo, a ser inaugurado em janeiro de 2015, implante mudanças modernizantes na administração do setor elétrico. Caso contrário, a energia elétrica irá impedir o crescimento da economia, por evidente falta de planejamento e da adoção de políticas públicas eficazes para o setor.

Sala das Sessões, em de novembro de 2014.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR